



A relatora do Código de Conduta, Maria Terezinha Nunes; a diretora geral-adjunta, Andrea Valente; a diretora de RH, Doris Peixoto; e o professor Nelson Gomes

Especialista pede controle externo para código de ética

Para professor Nelson Gomes, da UnB, controle externo é essencial para a eficiência desses códigos, tanto no serviço público quanto no setor privado. **2**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.337 – Brasília, sexta-feira, 29 de outubro de 2010

Definição da bancada do Pará depende de decisão da Justiça



Flexa Ribeiro (PSDB) foi o mais votado em 3 de outubro

Posição do Supremo Tribunal Federal, que manteve aplicação da Lei da Ficha Limpa para o pleito deste ano, abre a possibilidade de uma nova eleição para senador no estado

Um impasse surgiu com a decisão do Supremo Tribunal Federal, na noite de quarta-feira, que manteve a validade da Ficha Limpa para estas eleições. Será necessário um novo pleito para a escolha dos dois senadores do Pará? No estado, os votos dados a dois candidatos que tiveram suas candidaturas barradas pela nova legislação (Jader Barbalho e Paulo Rocha) somariam mais de 50% dos votos válidos.

Os vencedores em 3 de outubro, Flexa Ribeiro e Marínor Brito, assim como o próprio presidente do TRE-PA, João José Maroja, acreditam que uma nova eleição não é necessária, contestando o argumento de que o total dos votos nulos superou a metade dos sufrágios. Jader – já julgado pelo STF – e Rocha obtiveram 3,5 milhões de votos, contra 2,6 milhões dados a Flexa e Marínor. Mas Flexa argumenta que, na verdade, os votos anulados intencionalmente pelos eleitores não devem ser levados em consideração neste cálculo, o que derrubaria a tese da nova eleição.



Marínor Brito (PSOL) ficou em quarto, mas obteve a vaga



Jader Barbalho já teve a candidatura negada pela Justiça



Caso de Paulo Rocha ainda precisa ser analisado pelo STF

3

Vida e obra de Graciliano Ramos na TV Senado

No sábado, às 21h, a TV Senado exibe *Relatos de seqüidão – o poder e a quase*

vida de Graciliano Ramos. Vidas secas, sua obra-prima, completa 70 anos. **2**

Uma data para celebrar amizade com Argentina

Projeto cria o Dia Nacional da Amizade Brasil-Argentina, em 30 de novem-

bro. Mercadante foi a Buenos Aires para velório de Néstor Kirchner. **4**

CCJ vota convites a Dilma Rousseff e Erenice Guerra

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Demóstenes Tor-

res, acredita que na quarta haverá quórum para votar requerimentos. **4**

Doutor em Filosofia avalia em palestra que códigos de conduta institucional devem ter aplicação verificada por agente independente, sob pena de reunir normas corporativas

Especialista defende controle externo de código de ética

A EFICIÊNCIA DE códigos de ética, tanto no serviço público como em empresas privadas, depende de agentes independentes para verificar seu cumprimento. Essa é a opinião do professor do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília (UnB) Nelson Gomes, que falou ontem sobre ética no trabalho em evento comemorativo ao Mês do Servidor, desenvolvido em conjunto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

Na avaliação do professor, que é doutor em Filosofia pela Universidade de Munique (Alemanha), para que a aplicação de um código de ética de uma instituição não seja corporativo, ele deve ser conhecido pelos servidores e pela sociedade. A verificação do comportamento ético deve ser feita por alguém que não faça parte da corporação, defendeu.

– Ser avaliado pelos seus pares significa dizer que ninguém é avaliado. Os códigos de ética acabam se tornando códigos corporativos, que, em vez de proteger a sociedade, protegem a categoria – opinou.

O agente independente, opinou, deve ter acesso a tudo que for importante em relação ao código – documentos e permissão para conversar com todas as pessoas da instituição.



Para Nelson Gomes, ser avaliado pelos pares significa que ninguém é avaliado

O professor observou que o comportamento social é fundamentado num conjunto de princípios e valores. Em sociedades complexas, o Direito cumpre a função, no âmbito do Estado, de regular normas e valores.

Já as normas éticas, do ponto de vista filosófico, como não são codificadas, não possuem natureza "reclamável", explicou. A instituição de códigos de ética é uma tentativa de normatizar a ética pelo Direito.

Nelson Gomes disse que um código de ética pode ser um conjunto de normas jurídicas e profissionais com caráter de lei ou se tratar apenas de um

contrato de trabalho. Ao abrir o evento, a diretora de Recursos Humanos, Doris Marize Romariz Peixoto, disse que apenas o rigor da lei não responderá aos anseios por uma administração mais transparente. Certos atos não configuram falta legal, observou a diretora, mas podem ser considerados desvio ético. Assim, ela defendeu regras de comportamento claras.

Também participaram do evento a diretora-geral-adjunta do Senado, Andrea Valente, e a presidente em exercício da Comissão Especial do Código de Conduta, Maria Terezinha Nunes.

Senado publica teses e dissertações de servidores

Os servidores autores de trabalhos acadêmicos selecionados para integrar a coleção *Obras do Senado* lançam e autografam suas obras na quarta-feira, às 17h30, na Biblioteca Luiz Vianna Filho. A coleção reúne duas teses de doutorado, três dissertações de mestrado e cinco monografias de pós-graduação, selecionadas entre 55 trabalhos de servidores apresentados à comissão julgadora, que levou em consideração a relevância e a atualidade dos temas escolhidos, a contribuição para a área de conhecimento e a qualidade do texto.

A Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado (Seep) publicou os trabalhos vencedores, com tiragem de 500

exemplares cada, que se encontram na biblioteca nas versões impressa e virtual.

Obras vencedoras

As vencedoras na categoria doutorado são Ana Lucia Romero Novelli, diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop), com a tese *Imagens Cruzadas: a opinião pública e o Congresso Nacional*; e Maria Claudia Barbosa de Oliveira Drummond, com *A Democracia Desconstruída: o déficit democrático nas relações internacionais e os parâmetros de integração*.

Os três vencedores na categoria mestrado foram Thales Chagas Machado Coelho, com a dissertação *O Princípio da*

Moderação e a Legitimação do Controle Judicial de Constitucionalidade das Leis; Mellina Motta de Paula Bernardes, com *Análise da Ocorrência de Interfaces entre as Competências do Senado Federal: um estudo de caso sobre o projeto de resolução sugerido pelo relatório final da CPI dos títulos públicos*; e Paulo Fernando Mohn e Souza, com *A Subsidiariedade como Princípio de Organização do Estado e sua Aplicação no Federalismo*.

Os selecionados por suas monografias são Arlindo Fernandes de Oliveira, Flávia Cristina Mascarenhas Magalhães, Carlos Eduardo Rodrigues Cruz, Luiz Carlos Santana de Freitas e Waleska Borges da Cunha e Cruz.

TV Senado exhibe documentário sobre vida e obra de Graciliano

A TV Senado apresenta neste final de semana — sábado, às 21h, com reprise às 15h30 de domingo — o documentário *Relatos de Sequidão – o poder e a quase vida de Graciliano Ramos*.

O programa, produzido e dirigido pelo jornalista Mauricio Melo Júnior, com trilha sonora de Assis Medeiros, destaca a capacidade de Graciliano Ramos de relatar uma história e trata de sua passagem pela administração pública, como prefeito de Palmeira dos Índios (AL).

O documentário comemora ainda os 70 anos de *Vidas secas*, obra-prima de Graciliano que expõe o flagelo da seca nordestina por meio da peregrinação silenciosa de uma família de quatro pessoas e sua cadela, Baleia.

Graciliano Ramos de Oliveira nasceu em Quebrangulo (AL), em 27 de outubro de 1892, e morreu no Rio de Janeiro em 20 de março de 1953. Romancista, cronista,

contista, tradutor, jornalista e político, escreveu 20 livros e fez traduções. Seu primeiro romance, *Caetés*, foi publicado em 1933, sendo resultado de sua experiência como prefeito de Palmeira dos Índios.

Eleito em 1927 para o mandato de 1928-1930, Graciliano chamou a atenção do editor e poeta modernista Augusto Frederico Schmidt pelos relatórios que escreveu no exercício do cargo, narrando os programas que executou. A partir deste livro, publicou uma dezena de obras e teve outras editadas postumamente. Também foi tradutor de clássicos da língua inglesa e francesa, entre eles, *Memórias de um negro*, de Booker Washington, e *A Peste*, de Albert Camus.

No *hotsite*, é possível acessar o conteúdo da peça promocional que a TV Senado elaborou para divulgar o documentário. O vídeo será apresentado na segunda-feira.



O alagoano Graciliano Ramos foi prefeito de Palmeira dos Índios

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Senadores inscritos para discursar

9h O Plenário reúne-se em sessão não deliberativa, sem a votação de projetos. Entre os primeiros oradores inscritos, estão Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Niura Demarchi (PSDB-SC).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

“Eu sozinho tive 57% dos votos”, afirma Flexa

O senador Flexa Ribeiro assegurou ontem que não haverá nova eleição no Pará, lembrando anúncio feito pelo presidente do TRE, desembargador João Maroja.

– Não há risco de nova eleição porque os cálculos que estão sendo feitos, de que Jader Barbalho e Paulo Rocha tiveram mais de 50% dos votos, estão errados. Eles teriam mais de 50% dos votos se essa conta fosse feita em cima de 200% dos eleitores do Pará. Esse cálculo é um absurdo. Eu, sozinho, tive mais de 57% do eleitorado.

Flexa Ribeiro disse que, se Jader recorrer contra a decisão do STF, não estará fazendo nada além de exercer um direito.

– Mas o TRE do Pará vai validar a eleição. Aliás, já validou e promulgou o resultado.

“Eu sou senadora ficha limpa”, define Marinor

Uma legítima representante da Lei da Ficha Limpa. Assim se definiu a senadora eleita Marinor Brito. Para ela, a validação da Lei da Ficha Limpa “será um divisor de águas na história política do país”.

– Eu acho que a Lei da Ficha Limpa e a mobilização social trazem um elemento de mudança nos valores do povo em relação aos políticos. E as urnas já demonstram isso, já que mais de 70% dos candidatos barrados por essa lei foram rejeitados pelos eleitores – comentou.

Marinor Brito disse que vai apresentar projeto de reforma eleitoral no Senado, que deverá incluir mecanismos para combater práticas nocivas ao exercício da política, como abuso de poder econômico e uso da máquina pública.

PMDB vai pedir ao TRE que faça nova eleição

O PMDB do Pará divulgou nota ontem informando que vai pedir na Justiça que o TRE do estado convoque nova eleição para o cargo de senador, sob o argumento de que mais de 50% dos votos foram considerados nulos pelo TSE. O partido pretende se basear nos artigos 167 e 169 da resolução 23.218/10 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na nota à imprensa, o PMDB do Pará lamenta que o Supremo Tribunal Federal, depois de um empate de 5 a 5 no julgamento do caso de Jader Barbalho, tenha buscado “uma saída artificial, precária e contra o interesse da sociedade representada por milhões de votos, segundo expressou o ministro presidente do STF, Cezar Peluso, ao encerrar o julgamento”.

Decisão do tribunal de manter aplicação da Ficha Limpa pode forçar realização de novo pleito. Mas presidente do TRE-PA e os dois eleitos afirmam que isso não será necessário

STF gera impasse na eleição para senadores pelo Pará

A DECISÃO DO Supremo Tribunal Federal de manter a aplicação da Lei da Ficha Limpa no caso dos políticos que tiverem renunciado ao mandato para evitar processo de cassação ensejou uma nova polêmica: serão necessárias ou não novas eleições para o Senado no Pará?

Vencedores na disputa, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e a senadora eleita Marinor Brito (PSOL-PA) acompanham a opinião do presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Pará, João José Maroja, e afirmam que não.

O PMDB, partido de Jader Barbalho, que teve o registro negado, anunciou que vai pedir na Justiça a anulação do pleito.

Jader Barbalho e Paulo Rocha – ambos com registros negados pela Justiça Eleitoral por terem renunciado após denúncias – teriam obtido mais da metade dos

votos dos paraenses para o Senado. Eles conseguiram 3,5 milhões de votos, contra 2,6 milhões dados a Flexa Ribeiro (PSDB) e Marinor Brito (PSOL), respectivamente primeiro e quarto colocados no pleito do último dia 3.

Flexa Ribeiro, no entanto, aponta erro nesse cálculo.

– Não há risco de nova eleição porque os cálculos que estão sendo feitos, de que Jader Barbalho e Paulo Rocha tiveram mais de 50% dos votos, estão errados. Esse cálculo é um absurdo – diz.

Pesa a favor desse argumento a análise

dos votos anulados intencionalmente. Apesar de o número total de votos nulos na eleição chegar a pouco mais de 57%, é preciso suprimir desse montante os votos deliberadamente anulados pelos próprios eleitores, que não tem efeito algum para invalidar uma eleição. Somente os votos

anulados pela Justiça Eleitoral poderiam, em tese, provocar uma nova disputa.

Neste caso, é preciso considerar que a soma dos votos dos candidatos impugnados Jader Barbalho (PMDB) e Paulo Rocha (PT) chega a 3.533.138 milhões de votos, menos da metade do total de votos: 7.709.344.

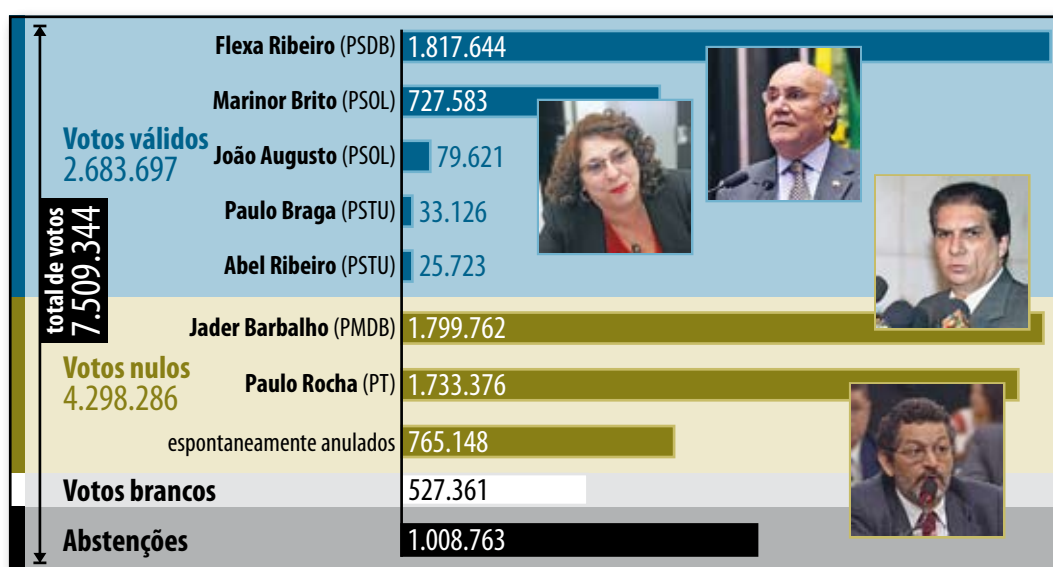
Já Marinor Brito argumentou que, no caso da eleição para o Senado, os candidatos eleitos não precisam ter um percentual mínimo de votos, como ocorre no caso de eleições para o executivo.

O presidente do TRE-PA, João José Maroja, falou à imprensa e usou o mesmo argumento de Marinor Brito (veja matéria abaixo). Ele disse também que o tribunal anunciou Flexa Ribeiro e Marinor Brito como senadores eleitos e que esse resultado não foi contestado. Portanto, ele considerou “precluso” o direito de se contestar o resultado da eleição. Ele até já marcou data para diplomar os eleitos: 17 de dezembro.

Flexa Ribeiro: cálculos de que votos de Jader e Paulo Rocha somam mais de 50% estão errados

O resultado oficial, segundo o TSE

Soma dos votos nulos e daqueles dados aos candidatos impugnados supera os votos recebidos pelos concorrentes confirmados, o que exigiria nova eleição. Essa interpretação, porém, é controversa



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Presidente do TRE não vê necessidade de nova eleição

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, desembargador João Maroja, afirmou ontem que não vê necessidade de nova eleição para senador no estado, como pretende pedir o PMDB paraense.

Maroja explicou que o caso será votado por seis juízes do tribunal e ele, presidente, só daria voto em caso de empate. Ponderou que existem duas linhas de pensamento sobre a realização de novo pleito em casos de eleição para cargos majoritários quando metade dos votos é considerada nula.

Uma acha que isso só vale para casos de eleição de presidente e governador, enquanto a outra acredita que vale também para o Senado. Pessoalmente, ele acha que não vale para o cargo de senador.

– De qualquer modo, vou entregar os diplomas àqueles que estejam qualificados no dia da diplomação, que será em 17 de dezembro. Havendo necessidade de uma nova eleição, se o resultado for diferente, aquele diploma que foi entregue será declarado nulo e perderá seu efeito – disse.

Em entrevista à Rádio CBN, o presidente do TRE-PA manifestou-se contrário à realização de uma nova eleição. Maroja observou que o resultado anunciado pelo tribunal não foi contestado. Portanto, considerou “precluso” o direito de contestar.

O especialista em Direito Eleitoral Walter Costa Porto, ex-ministro do TSE, previu para os próximos dias uma decisão do STF sobre o recurso de Paulo Rocha, que renunciou ao mandato



João José Maroja, presidente do TRE: decisão será tomada por seis juízes

de deputado federal em 2005.

Mesmo ressalvando não ter conhecimento de todos os fatos, Costa Porto acredita na convocação de nova eleição porque os votos declarados nulos pela Justiça Eleitoral teriam atingido mais de 50%. “Mas tudo depende do entendimento do TRE-PA”.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Tarefa é excessiva para os municípios, diz Cavalcanti

Estado pode fiscalizar ciclomotor

A competência para licenciar ciclomotores, habilitar seus condutores e fiscalizar a utilização desse tipo de veículo poderá ser transferida para os departamentos estaduais de trânsito. Projeto nesse sentido foi apresentado esta semana pelo senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

O PLS 260/10, encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), altera o Código de Trânsito Brasileiro e equipara os ciclomotores aos demais veículos motorizados.

Na avaliação do senador, ao atribuir aos municípios a obrigação de emplacar e licenciar os ciclomotores, o Código de Trânsito Brasileiro, na prática, provocou um relaxamento no controle sobre o seu licenciamento e a exigência da habilitação dos condutores. Isso ocorre em virtude de a maioria dos municípios brasileiros não dispor de estrutura para cumprir a tarefa.

“Com a popularização dos ciclomotores, que raramente são licenciados, e a falta de controle sobre as infrações cometidas por seus condutores, decorre um aumento significativo do nível de impunidade. A ausência de licenciamento desses veículos tem lhe ensejado uma crescente preferência para ser usado em assaltos, pois aliam a difícil identificação à grande agilidade e velocidades máximas consideráveis”, argumenta Roberto Cavalcanti.

O Código de Trânsito Brasileiro define como ciclomotor o veículo de duas ou três rodas provido de motor de combustão interna cuja cilindrada não exceda a 50 centímetros cúbicos. Os departamentos de trânsito estaduais, na avaliação de Roberto Cavalcanti, estão mais preparados para regularizar esses veículos e exigir a habilitação dos seus condutores.

CCJ se reúne na quarta, garante Demóstenes

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Demóstenes Torres (DEM-GO), garantiu que haverá reunião da CCJ na quarta-feira. – A eleição já terá passado, não havendo mais motivo para

a falta de quórum – disse. Demóstenes afirmou ainda que os requerimentos que convidam as ex-ministras da Casa Civil Dilma Rousseff e Erenice Guerra a prestarem esclarecimentos sobre denúncias de

tráfico de influência no Palácio do Planalto devem ser votados primeiro, mas que esse exame se tornou “irrelevante”. – A partir de agora, a polícia é que deve decidir [sobre as denúncias]. Acho que esses dois

requerimentos até atrapalharam nossos trabalhos, pois não conseguimos nos reunir. Vou colocá-los em pauta e acredito que continuarão tendo prioridade sobre os demais itens da pauta – assinalou.

País avança com o Fundo Clima, prevê Casagrande

“O Fundo Clima é um importante instrumento para financiar atividades de mitigação dos problemas decorrentes das mudanças climáticas e dá sequência à legislação aprovada pelo Congresso”, disse o senador Renato Casagrande (PSB-ES), ao saudar a regulamentação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, prevista em decreto presidencial assinado na segunda-feira.

O decreto regulamenta a Lei 12.114/09, aprovada pelo Congresso em novembro de 2009. Na mesma época, Casagrande cobrava prioridade para a implantação do fundo, aprovado na Comissão Mista de Mudanças Climáticas em seu relatório final. O senador mostrou otimismo quanto ao avanço da proteção ambiental no Brasil a partir do financiamento de ações pelo Fundo Clima.

– A operacionalização do fundo poderá ser aperfeiçoada no dia a dia, sendo cada vez mais efetiva sua contribuição nas questões climáticas – frisou.

O fundo deverá dispor, já em 2011, de R\$ 226 milhões, dos quais cerca de R\$ 200 milhões para financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o restante para ações do Ministério do Meio Ambiente.

Para Casagrande, o governo agora precisa regulamentar a lei que instituiu a Política Nacional de Mudança do Clima (Lei 12.187/09), também oriunda de projeto aprovado pelo Congresso em 2009. A partir dessa regulamentação, será possível cobrar os planos com compromissos ambientais de cada setor da economia brasileira.



Para Casagrande, governo deve agora regulamentar a política nacional

CRE analisa criação de Dia da Amizade Brasil-Argentina

Projeto de Marcelo Crivella está pronto para ser votado, após receber emenda na Câmara. Data escolhida, 30 de novembro, lembra acordo que deu origem ao Mercosul

ANTES QUE SE complete um mês da morte do ex-presidente argentino Néstor Kirchner, ocorrida na quarta-feira, o Brasil terá a possibilidade de celebrar pela primeira vez, em data nacional, a aproximação com o país vizinho. Pode ser concluída na próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a votação do Projeto de Lei do Senado 55/05, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que institui o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Argentina, a ser comemorado em 30 de novembro.

O texto a ser votado é uma emenda da Câmara dos Deputados ao projeto original de Crivella. Por meio da emenda, exclui-se o parágrafo segundo do projeto, pelo qual caberia ao Poder Executivo “a adoção de medidas destinadas à difusão e à comemoração” do dia da amizade entre os dois países.

A emenda da Câmara já recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado. Caso



Genildo Miguel/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal

Crivella, autor do projeto (no alto), e Simon, relator na CRE, defendem aproximação entre os dois países

seja também acatada pela CRE, o projeto estará pronto para ir à sanção presidencial. O relator da emenda na comissão é o senador Pedro Simon (PMDB-RS), defensor da aproximação entre os dois maiores países da América do Sul.

Crivella acredita que a institucionalização da data comemorativa ajudaria a promover o reconhecimento da importância de uma boa relação com os países vizinhos. Esse bom relacionamento, ressalta, torna-se cada vez mais importante em um mundo marcado por “rivalidades regionais” e pela competição comercial e política.

“Não obstante o histórico de rivalidades entre os dois países, em face de economias concorrentes e de superadas pretensões hegemônicas, Brasil e Argentina souberam superar assimetrias e conformar, dentro de entorno geográfico ampliado, projetos de integração capazes de aliar desenvolvimento ao crescimento econômico”, afirma o senador.

A data de 30 de novembro, segundo Crivella, foi escolhida como homenagem à assinatura, em 1985, da Declaração de Iguaçu, pelos então presidentes da Argentina, Raúl Alfonsín, e do Brasil, José Sarney, primeiro passo para a criação do Mercosul.

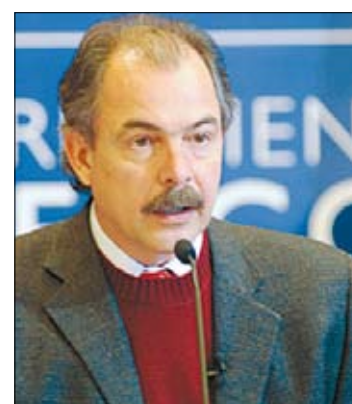
Mercadante vai a Buenos Aires para participar de velório

O presidente do Parlamento do Mercosul (Parlasul), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), viajou a Buenos Aires ontem para participar do velório do ex-presidente argentino Néstor Kirchner. Mercadante foi inicialmente ao Rio de Janeiro para encontrar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem viajaria em seguida, no avião presidencial, à Argentina.

Em nome do Parlasul, o senador divulgou nota na qual demonstra “consternação” com a morte de Kirchner. Ele lembrou que, desde os anos 60, o ex-presidente “dedicou suas

energias à luta pela justiça social e pelos direitos humanos”. A eleição de Kirchner para a Presidência, prosseguiu a nota, teria representado a “renovação no cenário político argentino, que demonstrava à época inquietantes mostras de fragilidade e de perda de legitimidade”.

“Néstor Kirchner foi capaz de, com decisões difíceis e até polêmicas, iniciar uma transcendente recuperação, que liberaria aquele país de uma profunda recessão”, diz a nota assinada pelo presidente do Parlasul. “Kirchner demonstrou valentia e coragem para enfrentar os



Mercadante/Senado Federal

Mercadante viajou a Buenos Aires na companhia do presidente Lula

interesses poderosos, como os dos bancos internacionais, coragem para defender os direitos humanos contra os seus violadores e coragem para colocar os interesses de seu país acima de tudo”, acrescenta.

Gilvam é o novo relator setorial de Justiça e Defesa no Orçamento

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) foi designado relator da área de Justiça e Defesa do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2011. Essa é uma das dez áreas temáticas em que são enquadradas as despesas orçamentárias para exame na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Gilvam Borges foi indicado por seu partido para substituir Paulo Duque (PMDB-RJ), que

deixou de ser senador depois do recente retorno de Regis Fichtner (PMDB) ao posto de titular.

Os relatores setoriais são responsáveis pelo exame das emendas individuais e coletivas (de bancadas e comissões) relacionadas às despesas de suas respectivas áreas. Após aprovados, os relatórios servem de base para o relatório final do senador Gim

Argello (PTB-DF), o relator-geral.

Para que as emendas sejam apresentadas, a CMO precisa aprovar antes dois documentos: o relatório da receita, a ser apresentado pelo deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), em que a comissão avaliará a consistência dos dados sobre a arrecadação prevista para o ano que vem; e o relatório preliminar, a ser proposto também por Gim Argello.



Waldemir Barreto/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal

Projeto de Acir Gurgacz tramita na Comissão de Desenvolvimento

Isenção de IPI para produtos da Amazônia Ocidental

Os produtos elaborados na região da Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional poderão ficar isentos do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). É o que estabelece projeto do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) que tramita na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A Amazônia Ocidental engloba os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Gurgacz argumenta que, em consequência do regime fiscal vigente, a Amazônia Ocidental deixa de aproveitar suas potencialidades centradas nos segmentos agroindustrial, da agroindústria, da mineração, da bioindústria e da reciclagem de resíduos. A região sofre ainda, segundo ele, “a concorrência predatória” de produtos industrializados de outras localidades que ali entram com isenção do IPI, enquanto o produto local tem a incidência plena do tributo.

O senador diz ainda que a região é induzida à exportação de produtos primários que servirão como matéria-prima para industrialização em outras regiões, muitas vezes retornando à própria Amazônia Ocidental como produtos acabados e beneficiados com isenção do IPI. Tal situação, afirma Gurgacz, conflita “com o moderno conceito de que o desenvolvimento é tanto mais incentivado quanto mais a produção exportada contenha valor agregado, gerando emprego, renda e avanço tecnológico na própria região”.

O relator (PLS 210/10), senador Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou parecer favorável à aprovação.